



**Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros - SUPAS**  
**Gerência de Estudos e Regulação do Transporte de Passageiros - GEEST**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Contratação de prestação de serviços técnicos especializados com para o cumprimento das atribuições regimentais da Gerência de Estudos e Regulação do Transporte de Passageiros (GEEST) da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros (SUPAS), nos termos do Regimento Interno da ANTT estabelecido na [Resolução ANTT nº 5.888/2020](#), e detalhadas na [Deliberação ANTT nº 270/2020](#) e na [Portaria SUPAS nº 300/2021](#), em especial a elaboração de estudos referentes aos serviços de transporte coletivo rodoviário interestadual semiurbano de passageiros com vistas à sua delegação/licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, sobretudo de engenharia, a ser realizado por empresa especializada na realização de estudos na área de transporte público coletivo rodoviário de passageiros de características urbanas. Para sua execução, serão utilizadas as instalações e os recursos humanos e tecnológicos da contratada, podendo, em determinados momentos, mediante justificação, serem utilizadas as instalações físicas da ANTT, seus escritórios regionais e postos de fiscalização.
- 1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário/global.
- 1.4. O prazo de vigência do contrato é de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes em até 6 (seis) meses.
- 1.5. A referida prestação de serviços deverá observar as disposições contidas em Resoluções da ANTT e nas Normas Técnicas vigentes, em especial àquelas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, no que couber.
- 1.6. A Contratação se dará por lote único para que se possa preservar a integridade qualitativa, quantitativa e econômica do objeto. O objeto foi delimitado em lote único uma vez que os estudos desenvolvidos são interdependentes, como por exemplo a realização de pesquisas e análises que subsidiarão a definição da modelagem da delegação do serviço semiurbano. Dessa maneira, está demonstrado que o parcelamento do objeto implicaria em prejuízo técnico e gerencial do objeto.
- 1.7. Os quantitativos foram definidos com base na experiência acumulada pela área técnica ao longo dos anos e em serviços semelhantes, especialmente a contratação de “*Serviços para Realização de Estudo Técnico sobre o Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros de Curta Distância*” (Semiurbano), contratado pela ANTT e executado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE nos idos dos anos de 2010.
- 1.8. As despesas eventuais, tais como deslocamentos (aéreos e terrestres) e diárias, servem exclusivamente para que se permita verificações *in loco*, para o desenvolvimento dos trabalhos/estudos dispostos nas atividades deste Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. Conforme o Art. 35, inciso V da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, que aprovou o Regimento Interno da ANTT, compete à Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros – SUPAS “*propor a delegação de serviços regulares de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros mediante a elaboração de estudos, planos de outorgas e termos contratuais*”. Em específico, compete à Gerência de Estudos e Regulação do Transporte de Passageiros (GEEST), de acordo com o §2º, Art. 3º da Deliberação nº 270, de 12 de maio de 2020, a proposição de tais delegações.
- 2.2. A SUPAS tem promovido ações com vistas ao aprimoramento da gestão do serviço semiurbano, dentre elas a realização de tratativas para a celebração de Convênios de Delegação administrativa de competências para entes públicos locais, com o objetivo de promover a gestão local desses serviços – com a delegação administrativa, a competência para a realização de estudo e licitar o serviço semiurbano passa a ser do Conveniente, ou seja, do poder público local. Além disso, a SUPAS está realizando estudos com vistas à melhor caracterização e tratamento dos serviços hoje classificados como semiurbano, o que poderá resultar na reclassificação de alguns mercados em serviços de transporte rodoviário regular – os serviços semiurbanos reclassificados como serviço regular rodoviário (não semiurbano) deverão ser outorgados por meio de Autorização, desse modo não sendo necessário realizar estudo nem promover licitação.
- 2.3. Conforme a estabelece o Art. 13, inciso “IV”, “a)” da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que criou a ANTT, o serviço de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros deve ser outorgado sob a forma de permissão. No Art. 26 consta que compete à Agência “*publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de permissão para prestação de serviços regulares de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros*”. Neste contexto, para que seja possível a publicação de edital e a realização da licitação, faz-se necessária a execução dos estudos necessários para a elaboração do referido edital.
- 2.4. Assim, para que seja possível a publicação de edital para a licitação dos serviços semiurbanos que não foram delegados administrativamente a entes públicos locais, e que não são objeto de estudo de reclassificação como serviço de transporte rodoviário regular (não semiurbano), faz-se necessário que sejam realizados estudos com vistas à adequada caracterização do serviço a ser licitado, realizando-se as seguintes ações, dentre outras:
- a) diagnóstico dos serviços semiurbanos existentes;
  - b) identificação da demanda de passageiros e projeção dessa demanda para o período de vigência do Contrato de Permissão a ser celebrado;
  - c) racionalização/otimização dos sistemas de transportes semiurbanos existentes com vistas à maior eficiência operacional e menores custos para os passageiros;

d) modelagem econômico-financeira com vistas à definição da tarifa do serviço a ser licitado.

2.5. Tais estudos precisam ser realizados para os seguintes sistemas semiurbanos (localidades) geridos pela ANTT:

- a) Águas de Lindóia(SP) - Monte Sião(MG);
- b) Extrema(MG) – Vargem(SP) - Bragança Paulista(SP);
- c) Barra do Garças(MT) – Pontal do Araguaia(MT) - Aragarças(GO);
- d) Petrolina(PE) - Juazeiro(BA);
- e) Sapucaia/Jamaparã(RJ) - Além Paraíba(MG); e
- f) Itumbiara(GO) - Araporã(MG).

2.6. Informe-se que o sistema semiurbano Itumbiara(GO) - Araporã(MG) é objeto de tratativas para a delegação administrativa a ente público local. Contudo, considerando-se que o processo de delegação pode ser moroso (demorar meses ou anos) e, inclusive, pode não ser concluído com êxito, dessa forma não sendo promovida a delegação administrativa, entende-se como mais adequado que o serviço semiurbano Itumbiara(GO) - Araporã(MG) seja contemplado no escopo da presente contratação.

2.7. No âmbito da presente contratação deverão ser pesquisadas/estudadas as seguintes linhas cadastradas na ANTT. Poderão ser identificados em campo linhas/itinerários semiurbanos adicionais, os quais também deverão ser pesquisados/estudados.

	PREFIXO LINHA	NOME LINHA	Localidade de ORIGEM (1)	UF origem	Localidade de DESTINO (1)	UF destino
1	8058770	ÁGUAS DE LINDÓIA/SP - MONTE SIÃO/MG	ÁGUAS DE LINDOIA	SP	MONTE SIAO	MG
2	6014570	EXTREMA/MG - BRAGANÇA PAULISTA/SP	EXTREMA	MG	BRAGANCA PAULISTA	SP
3	11115870	BARRA DO GARÇA/MT - ARAGARÇAS/GO, VIA VILA CEARÁ	BARRA DO GARCA	MT	ARAGARCAS	GO
4	11115870	BARRA DO GARÇA/MT - ARAGARÇAS/GO, VIA BELA VISTA	BARRA DO GARCA	MT	ARAGARCAS	GO
5	11115870	BARRA DO GARÇA/MT - ARAGARÇAS/GO, VIA CURTUME	BARRA DO GARCA	MT	ARAGARCAS	GO
6	4020270	JUAZEIRO - PETROLINA VIA CENTRO PETRO/SHOPPING CÓDIGO (401)	PETROLINA	PE	JUAZEIRO	BA
7	4020270	JUAZEIRO - PETROLINA VIA CENTRO/AREIA BRANCA CÓDIGO (402)	PETROLINA	PE	JUAZEIRO	BA
8	4020270	JUAZEIRO - PETROLINA VIA CENTRO/AREIA BRANCA CÓDIGO (403)	PETROLINA	PE	JUAZEIRO	BA
9	4020270	JUAZEIRO - PETROLINA VIA ALTO DA ALIANÇA/BA 210 CÓDIGO (404)	PETROLINA	PE	JUAZEIRO	BA
10	4020270	JUAZEIRO - PETROLINA VIA IF SERTÃO / IPSEP CÓDIGO (414)	PETROLINA	PE	JUAZEIRO	BA
11	4020270	JUAZEIRO - PETROLINA VIA IF SERTÃO/AEROPORTO CÓDIGO (415)	PETROLINA	PE	JUAZEIRO	BA
12	4020270	JUAZEIRO - PETROLINA VIA EXPRESSO CENTRO PETROLINA CÓDIGO (416)	PETROLINA	PE	JUAZEIRO	BA
13	4020270	JUAZEIRO - PETROLINA VIA CORUJÃO CÓDIGO (417)	PETROLINA	PE	JUAZEIRO	BA
14	4020270	JUAZEIRO - PETROLINA VIA CAMPUS UNIVERSITÁRIO CÓDIGO (418)	PETROLINA	PE	JUAZEIRO	BA
15	4020270	JUAZEIRO - PETROLINA VIA AVENIDA DA INTEGRAÇÃO/ FACAPE CÓDIGO (419)	PETROLINA	PE	JUAZEIRO	BA
16	4020270	JUAZEIRO - PETROLINA CÓDIGO (420)	PETROLINA	PE	JUAZEIRO	BA
17	7172270	JAMAPARA/RJ - ALEM PARAIBA/MG	JAMAPARA	RJ	ALEM PARAIBA	MG
18	12053670	ITUMBIARA/GO - USINA ITUMBIARA/MG	ITUMBIARA	GO	USINA ITUMBIARA	MG

2.8. Considerando que a realização de estudos dessa monta requerem o emprego de pesquisadores de campo, profissionais especializados, e tecnologias (sistemas de informática e equipamentos) específicas, para a sua boa execução e o atingimento dos objetivos almejados, com a qualidade e a segurança necessárias, e que a equipe de servidores/colaboradores lotada na GEEST é insuficiente, faz-se necessária a contratação do presente estudo, a ser executado por empresa de consultoria especializada, sob o acompanhamento da GEEST.

2.9. Por fim, informe-se que a justificativa e objetivo da contratação também está pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 32/2021 (8222687) incluído no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução proposta está minudenciada no Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 32/2021 (8222687), e consiste na contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva para a elaboração de estudos para a licitação dos serviços de transporte rodoviário interestadual semiurbano de passageiros.

### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço de engenharia consultiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com inversão de fases (análise de proposta de preço seguida da análise da documentação da habilitação).

4.2. O emprego da modalidade pregão se justifica pela disponibilidade no mercado de diversas empresas de consultoria, os quais já prestam serviços de planejamento e pesquisas em sistemas de transportes de passageiros urbanos.

4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#), não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.4. Os critérios para a seleção da CONTRATADA serão detalhados no Edital de Licitação da presente contratação.

4.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme estudos preliminares, os requisitos da contratação abrangem a realização de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva para a elaboração de estudos para a licitação dos serviços de transporte coletivo rodoviário interestadual semiurbano de passageiros.

5.2. Os requisitos e obrigações necessários para o atendimento da contratação, inclusive as práticas de sustentabilidade ambiental, estão previstos neste Termo de Referência.

5.3. Abaixo, estão elencadas as principais características da presente contratação:

- a) A duração do contrato ocorrerá por 6 (seis) meses, autorizada prorrogação por até 6 (seis) meses;
- b) O regime de execução será do tipo empreitada por preço global, nos termos do art. 10, inciso II, alínea a, da Lei nº 8.666/1993;

5.4. Ainda, destaque que será previsto a necessidade de declaração expressa do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.5. Ao longo da presente contratação poderão ocorrer deslocamentos para vistorias "*in loco*", cujas solicitações ocorrerão mediante identificação da necessidade do trabalho bem como por demanda da ANTT, sendo que a estimativa para fins de orçamento, que traz o detalhamento dos valores para tanto alocados, será apresentada na Planilha Orçamentária (8219818).

## 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. As empresas, a seu critério, poderão realizar vistoria/visitas em campo com o objetivo de melhor compreender o escopo da presente contratação e os resultados almejados pela Administração.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Todos os documentos (produtos) produzidos na realização dos serviços contratados e todas as correspondências relativas aos serviços deverão ser entregues oficialmente à ANTT, em conformidade com o cronograma físico-financeiro. Os documentos, sejam quais forem, deverão ser entregues à ANTT, por meio de protocolo no SEI. Dessa forma, tão logo assine o contrato, a CONTRATADA deverá providenciar o seu credenciamento e acesso ao SEI da ANTT.

7.2. Para que haja a maior competitividade na presente contratação, será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 33 da Lei nº 8.666/1993. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira, a qual será considerada pelo CONTRATANTE a responsável pela execução dos serviços contratados.

7.3. A empresa estrangeira deverá atender a [Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009](#), do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

7.4. Não será permitida a participação de empresa estrangeira que não possua o Decreto de Autorização para funcionamento no Brasil e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.5. Na presente contratação não se aplicará a "Exclusividade/Benefício ME/EPP (Art. 48, Lei Complementar nº 123/2006)", uma vez que o valor estimado é superior ao limite anual de faturamento para sociedades com tais regimes, além do que, face a natureza dos serviços, iminentemente intelectuais, não convém obrigar aos licitantes a subcontratação de Microempresas ou de Empresas de Pequeno Porte no montante de até 30% (trinta por cento) do total licitado, bem como estabelecer cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação das mesmas.

7.6. No presente certame, devido à eventual conflito de interesse, não será permitida a contratação de pessoas jurídicas que detenham contrato em vigor ou estejam prestando serviços afetos ao objeto descrito neste Termo de Referência, no âmbito do transporte semiurbano sob a jurisdição da ANTT.

## 8. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS: COORDENAÇÃO E EQUIPE TÉCNICA

8.1. Este documento trata dos serviços de transporte coletivo rodoviário interestadual semiurbano de passageiros, relacionados no item 2 do presente Termo de Referência.

8.2. Atualmente, esses serviços são operados no regime de Autorização Especial, até que, por meio de processo licitatório, sejam celebrados os contratos de permissão e iniciada a efetiva operação dos serviços que irão suceder os ora autorizados, conforme [Resolução ANTT nº 2.869/2008](#) e suas alterações.

8.3. Nas linhas semiurbanas o serviço é ofertado em ônibus com características urbanas e possibilita o transporte de passageiros em pé.

8.4. Nesse contexto, as pesquisas, estudos e produtos a seguir descritos têm como propósito o diagnóstico e a obtenção de dados para a modelagem de Plano de Outorga pela ANTT, com vistas à licitação dos serviços semiurbanos em estudo.

### DIRETRIZES GERAIS

8.5. As diretrizes a serem observadas no desenvolvimento do trabalho consistem em conceber um modelo capaz de garantir melhor distribuição das oportunidades de deslocamento e maior eficiência para a maioria dos usuários, traduzidas em:

- a) melhor qualidade de serviço, em cumprimento aos padrões de segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade tarifária; e
- b) eficiência, espelhada pela disponibilidade de uma rede de transportes trabalhando em regime de racionalidade e flexibilidade, com prioridade efetiva para os meios coletivos.

8.6. Como condição para a emissão da Ordem de Serviço inicial do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar, pelo menos, o requerimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e quando a apresentação dos relatórios dos produtos, deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente registrada, sob pena de em caso de não apresentação no prazo indicado, incorrer em descumprimento contratual.

8.7. Vale observar, que durante todo tempo de vigência do contrato, serão inalteradas as funções de Coordenador Geral que foram objeto da habilitação no processo licitatório.

- 8.8. Caso haja necessidade de substituição dos profissionais objeto da habilitação técnica, deverá ser observado o disposto no art. 30, § 10º da Lei nº 8.666/1993.
- 8.9. Em todas as atividades deverá haver uma permanente interação entre a CONTRATADA e os técnicos da ANTT.
- 8.10. Deverão ser previstas reuniões entre técnicos da CONTRATADA e da ANTT, para acompanhamento das atividades em desenvolvimento, ao final de etapa importante do trabalho, quinzenalmente e quando necessário, no julgamento da ANTT ou da CONTRATADA

#### **ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS E PRODUTOS A SEREM ENTREGUES**

- 8.11. O trabalho é composto por 6 atividades (produtos). Tais atividades deverão ser realizadas para cada um dos 6 sistemas semiurbanos em estudo, relacionados no item 2 do presente Termo de Referência, podendo os resultados dos estudos serem apresentados de forma individualizada ou consolidada para todos os sistemas semiurbanos. Segue o detalhamento das atividades:

##### **ATIVIDADE I – Diagnóstico dos Serviços Semiurbanos e Plano de Trabalho**

- 8.12. Quando da emissão da Ordem de Serviço para o início dos trabalhos de consultoria, será realizada reunião entre os representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA para esclarecimentos sobre os trabalhos a serem realizados e a definição de pontos de controle intermediários (além das datas previstas para entrega dos produtos) de forma a possibilitar o adequado acompanhamento da execução contratual.
- 8.13. Esta etapa prevê a realização de diagnóstico (levantamento de dados) sobre os sistemas de transporte semiurbano em estudo. O diagnóstico deverá obter, no mínimo, as informações relacionadas a seguir:
- a) principais características dos sistemas de transporte semiurbano (linhas, frequências, áreas atendidas, tarifas, nível de serviço etc.);
  - b) principais características das localidades atendidas (população, aspectos econômicos, sociais e culturais relevantes etc.);
  - c) serviços de transporte de passageiros concorrentes e/ou complementares aos serviços semiurbanos (tipo de serviço, operadores, frequência, tarifas, nível de serviço, existência de bilhetagem eletrônica e monitoramento de veículos, presença de cobradores embarcados, presença de transporte clandestino etc.).
- 8.14. O diagnóstico deverá abranger todos os serviços semiurbanos relacionados no item do presente Termo de Referência, segundo suas especificidades operacionais.
- 8.15. A CONTRATADA deverá elaborar Plano de Trabalho apresentando todas as atividades a serem desenvolvidas ao longo do contrato, de forma detalhada.
- 8.16. O Plano de Trabalho, no que se refere às atividades “2 - Pesquisa Operacional” e “3 -Projeção da Demanda de Passageiros”, deverá descrever como serão realizadas as seguintes ações:
- a) análise exploratória dos dados cadastrados na ANTT;
  - b) definição do plano amostral (critérios, tamanho da amostra, suas variáveis de controle estatístico) de forma detalhada;
  - c) definição dos instrumentos de coleta de dados, incluindo pesquisa piloto;
  - d) definição de modelagem para expansão dos dados amostrais, no tempo e no espaço;
  - e) apresentação dos instrumentos de coleta dos dados e logística de implementação da pesquisa;
  - f) execução da pesquisa de campo, com o levantamento e crítica dos dados coletados e o acompanhamento dos trabalhos de forma amostral, através de visitas *in loco*;
  - g) tratamento dos dados (processamento e análise de consistência);
  - h) acompanhamento contínuo do processo de acumulação de dados, fazendo sua análise de consistência e estatística e, quando for o caso, recomendar, ajustes dos procedimentos para a equipe responsável pelas atividades de campo; e
  - i) análise estatística completa dos dados coletados e expansão dos resultados amostrais.
- 8.17. A pesquisa de campo (realização de entrevistas) poderá ser substituída por outros meios de obtenção de dados, desde que aprovada a metodologia proposta pela ANTT e garantida a confiabilidade estatística e a segurança da pesquisa.
- 8.18. Deverá ser elaborado Relatório contendo os resultados do diagnóstico, bem como o Plano de Trabalho para a realização das atividades 2 a 5, a ser submetido para avaliação e aprovação pela ANTT.
- 8.19. **Produto 1: Relatório contendo o Diagnóstico e o Plano de Trabalho.**

##### **ATIVIDADE II – Pesquisa Operacional**

- 8.20. A Pesquisa Operacional deverá:
- a) Levantamento cadastral e georreferenciado das linhas, com o detalhamento dos itinerários e pontos de seção (caso existentes) e de parada (sobe e desce de passageiros);
  - b) obter estimativa anual de demanda e oferta associada a cada seção;
  - c) construir uma metodologia que permita a expansão dos dados, no tempo (todos os meses do ano) e no espaço, para o universo em análise;
  - d) obter as seguintes informações básicas, dentre outras: d.1) demanda – origem e destino das viagens, número de passageiros transportados e ocupação do veículo por ligação, linha, seção e trecho, nos horários típicos de maior e menor movimentação de passageiros, consolidado por viagem, hora, dia da semana (2ª feira a domingo), mês e ano; d.2) perfil dos passageiros – sexo, idade, renda, escolaridade, motivo das viagens (trabalho, estudo, lazer etc.), frequência de realização de viagens etc.; d.3) oferta – caracterização da viagem em termos da operadora, número de viagens, horário de saída e de chegada, número de veículos utilizados e os tempos de viagem das linhas;

- e) elasticidade da demanda em relação ao preço da tarifa;
- f) identificar a frota empregada na operação dos serviços para atender a demanda identificada, considerando sua sazonalidade;
- g) subsidiar a estimativa da demanda anual com base nos dados levantados em campo;
- h) subsidiar a realização de estimativa da demanda anual e oferta associada a cada linha, com base na pesquisa de campo, de modo a assegurar a precisão e nível de significância estatística, previamente aprovados pela ANTT;
- i) identificar eventos específicos que interfiram na sazonalidade e na estimativa da demanda e da oferta; e
- j) identificar as demandas de serviços de transporte intermunicipais e intramunicipais, atualmente atendidas pelo serviço semiurbano, inclusive as provenientes de serviços/linhas não cadastradas na ANTT, eventualmente identificadas na pesquisa de campo.

8.21. Para consolidação dos dados levantados na pesquisa deverá ser criado Banco de Dados de demanda (estratificados por passageiros pagantes e com benefícios tarifários por tipo, bem como passageiros transportados sem pagamento e crianças de até seis anos incompletos), número de viagens, ocupação crítica média da viagem e índice de renovação por período típico (pico e entre pico) que permita obter relatórios, consulta e a exportação dos dados levantados por menor nível de agregação (trecho, linha etc.), por ligação (por origem e destino) e por período (horário, dia da semana, mensal e anual).

8.22. Com os dados da pesquisa deverá ser realizado o carregamento da rede atual de linhas em base de dados georreferenciada, compatível com os sistemas adotados pela ANTT.

8.23. **Produto 2: Relatório contendo os resultados da Pesquisa Operacional, e planilha eletrônica contendo o banco de dados e as análises referentes à pesquisa de demanda de passageiros.**

#### **ATIVIDADE III – Projeção da Demanda de Passageiros**

8.24. Com base nos dados obtidos na atividade 2 – Pesquisa Operacional, deverá ser elaborada modelagem para a expansão dos dados amostrais, no tempo e no espaço, considerando-se, inclusive, o prazo de vigência das futuras outorgas de permissão.

8.25. A modelagem deverá considerar todos os aspectos relevantes a esse tipo de análise, especialmente a ocorrência da pandemia de Coronavírus durante os anos de 2019 e 2020, que afetaram significativamente a demanda de passageiros dos sistemas de transporte público coletivo urbano do país e do mundo.

8.26. A projeção da demanda deverá ser detalhada por tipo de passageiro (pagante, benefícios tarifários etc.), para cada sistema e linha semiurbana.

8.27. **Produto 3: Relatório contendo os resultados da Projeção da Demanda de Passageiros, juntamente com a planilha eletrônica contendo o banco de dados e os cálculos empregados nessa projeção.**

#### **ATIVIDADE IV – Modelo Funcional**

8.28. Nessa atividade devem ser avaliados e definidos:

- a) a forma de exploração do serviço (por linha, grupo de linhas, área geográfica etc.);
- b) determinação dos parâmetros operacionais de projeto (nível de conforto, velocidade operacional, tempo de parada etc.) para obtenção de informações como tempo de viagem, frota, frequência, distância percorrida, passageiro x km etc.;
- c) proposta de alternativa de rede de linhas racionalizada/otimizada para a licitação, apresentando-se as características operacionais do serviço e a demanda estimada a ser atendida;
- d) especificações de frota (características dos veículos, equipamentos, idade máxima admissível do veículo, etc.);
- e) adequação da frota à legislação de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida; e
- f) critérios de flexibilização/modificações operacionais dos serviços, com o objetivo de adequar a oferta à demanda pelos serviços ao longo do prazo contratual.

8.29. **Produto 4: Relatório contendo os resultados dos estudos e o Modelo Funcional proposto.**

#### **ATIVIDADE V – Modelo de Remuneração**

8.30. Essa atividade visa a definição de um modelo de remuneração com vistas à remuneração do licitante vencedor pela prestação do serviço semiurbano. Nesta atividade deve ser realizada/definida:

- a) a identificação e a mensuração dos custos operacionais;
- b) a forma(s) de tarifação;
- c) prazo da outorga, observados os limites legais ora vigentes;
- d) o modelo de remuneração mais apropriado para prestação do serviço e o instrumento utilizado para o cálculo da tarifa;
- e) mecanismos para promover a modicidade tarifária; e
- f) proposta de gestão econômico-financeira dos contratos (prazos e condições para revisão, reajuste etc.);
- g) definição de valores das receitas contratuais, e das garantias para participação da licitação e de execução contratual.

8.31. Como resultado do modelo de remuneração, deverá ser apresentada planilha eletrônica aberta que possibilite a edição dos dados e novas simulações pela ANTT. Adicionalmente, deverá ser apresentado memorial descritivo contendo o nome e a descrição dos custos operacionais, bem como as fontes/referências desses custos e dos dados que subsidiaram o cálculo da tarifa.

8.32. **Produto 5: Relatório contendo os resultados dos estudos e o Modelo de Remuneração proposto, acompanhado da planilha de cálculo tarifário e do memorial descritivo de custos.**

**ATIVIDADE VI – Sumário Executivo**

8.33. **Produto 6:** Relatório resumindo todas as atividades realizadas e seus principais resultados, com vistas a possibilitar uma visão geral de todo o trabalho realizado.

**COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.34. A coordenação geral da prestação dos serviços será exercida pelo Coordenador Geral, cuja atribuição será garantir a execução do contrato em conformidade com os aspectos legais e com todas as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato firmado, respondendo junto à ANTT pela boa execução do contrato a ser pactuado.

8.35. Compete ao Coordenador Geral encaminhar para a ANTT os Relatórios dos Produtos e apresentá-los à ANTT para a avaliação da fiscalização a fim possibilitar o aceite dos trabalhos pela Agência. O Coordenador Geral deverá ser o responsável pela realização de tratativas com os representantes da Administração.

8.36. Todas as atividades serão supervisionadas diretamente pelo Coordenador Geral, sendo que suas atribuições consistirão em controlar a qualidade das atividades desenvolvidas diariamente, orientar sua execução, revisar e corroborar com todos os relatórios técnicos, atuando assim no âmbito estritamente técnico das categorias de serviços, perante à equipe.

8.37. A composição da equipe da CONTRATADA foi estimada com base em estudos semelhantes, e em função das práticas vislumbradas pela equipe técnica da ANTT. A equipe componente do projeto deve ser composta de profissionais ou consultores que demonstrem conhecer os elementos e atributos básicos do sistema de transporte coletivo rodoviário urbano de passageiros, e outras especialidades, tais como: estatística, direito, economia, pesquisa aplicada e informática.

8.38. Essa equipe técnica e de campo, com experiência comprovada em trabalhos semelhantes, deverá contar com profissionais habilitados para o desempenho de suas funções, com capacidade de cobertura nas 6 regiões a serem pesquisadas.

8.39. Além disso, devem ser observados aspectos de qualificação e capacitação técnica tais como:

- a) sólida formação teórica e reconhecida experiência em trabalhos de pesquisa, especialmente na área de transporte urbano de passageiros;
- b) experiência de coordenação de projetos complexos de pesquisa de campo e de dados secundários;
- c) experiência na área econômica, pesquisa aplicada, de informática, de estatística, e em planejamento de transportes; e
- d) visão integrada de todas as atividades relacionadas ao transporte de passageiros.

8.40. É de responsabilidade da CONTRATADA, para atender as demandas expressas para cada uma das atividades, dispor de profissionais com as qualificações exigidas, de forma a dar pleno atendimento às expectativas expressas neste Termo de Referência e em seus anexos.

8.41. Assim, em até 5 (cinco) dias a contar da assinatura do Contrato, deverá ser emitida a Ordem de Serviço para o início da prestação dos serviços contratados. Caso se atinja o prazo referido, sem a comunicação formal da fiscalização, a CONTRATADA, deverá dar início a prestação de serviços.

8.42. Uma vez iniciada a prestação de serviços, em até 10 (dez) dias, a CONTRATADA deverá estar com a equipe integralmente mobilizada.

8.43. A CONTRATADA deverá ter, ao longo de toda a vigência contratual, condições plenas de alocar pessoal qualificado, para a prestação dos serviços, em conformidade com as exigências constantes deste Termo de Referência, sempre em tempo hábil e em todos os níveis exigidos.

8.44. Os profissionais graduados indicados pela CONTRATADA, para a prestação dos serviços, devem ter curso superior completo, com diploma registrado pelo Ministério da Educação - MEC, e quando couber, validado pelo Conselho Profissional Competente.

**MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

8.45. As atividades deverão ser desenvolvidas na sede da Contratada e, eventualmente, nas instalações da ANTT disponíveis em Brasília/DF e em outras localidades, sobretudo nas regiões em que são prestados os serviços semiurbanos objeto das pesquisas de campo.

8.46. A empresa deverá dispor, por ocasião da contratação, dos recursos computacionais e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

8.47. Para tanto, a equipe técnica multidisciplinar mobilizada deverá ser equipada com todos os recursos computacionais a serem fornecidos pela CONTRATADA e aos seus colaboradores, durante a prestação de serviços.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

9.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.5. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos recursos humanos e materiais necessários ao perfeito cumprimento do presente Termo de Referência.
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.
- 10.6. Prover os seus colaboradores com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- 10.7. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 10.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de pessoa menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 10.11. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo exceções.
- 10.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 10.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique quanto à prestação do serviço.
- 10.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 10.15. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.17. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- 10.19. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.
- 10.20. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- a) O direito de propriedade intelectual dos produtos (atividades) desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada produto, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
  - b) Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos (atividades) gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis; e
  - c) Todas as informações coletadas, cedidas ou repassadas pela ANTT terão caráter confidencial. Os resultados oriundos dessa contratação poderão ser utilizados pela CONTRATADA, em suas atividades de pesquisa, desde que previamente autorizados pela ANTT.
- 10.21. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros.
- 10.22. Cumprir os prazos estipulados no Termo de Referência.
- 10.23. Responsabilizar-se exclusivamente sobre a seleção, a designação e a manutenção do quadro de profissionais alocados para a execução do contrato.
- 10.24. Atender às solicitações emitidas pela fiscalização quanto ao fornecimento de informações e/ou documentação.
- 10.25. Far-se-á presente em todas as reuniões convocadas pela ANTT, devidamente representada, ao menos, pelo Coordenador Geral.
- 10.26. Manter atualizados seus dados cadastrais e de comunicação junto à ANTT.
- 10.27. A CONTRATADA deverá no desenvolvimento de suas atividades, procurar, sempre que possível adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme dispostas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis disponível no sítio da AGU.
- 10.28. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, o esclarecimento das obrigações contratuais, e a definição de pontos de controle das atividades pela CONTRATANTE, em

que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa que executará os serviços contratados.

#### 11. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Não será permitida a subcontratação, seja de parte ou de todo o escopo objeto do presente Termo de Referência.

#### 12. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- d) haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 13. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

13.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado.

13.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, e administrativa, de acordo com as seguintes disposições:

- a) Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;
- b) Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário; e
- c) Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

13.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.5. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas em erros e falhas eventuais e pontuais.

13.6. Para a delimitação da equipe mobilizada, foram levados em consideração a média de produção de serviços semelhantes.

13.7. Cabe à Coordenação da CONTRATADA, informar à fiscalização eventos que impeçam ou dificultem o cumprimento dos prazos padrão estabelecidos.

13.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.14. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.15. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.16. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.



13.17. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

13.18. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

13.19. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- a) a fiscalização transmitirá suas instruções por intermédio de anotações, especialmente quando verificadas imperfeições, falhas ou irregularidades nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- b) caso suas instruções não sejam atendidas, a fiscalização deverá notificar o Gestor do Contrato; e
- c) recebendo a notificação da fiscalização, o Gestor do Contrato poderá instaurar processo administrativo para aplicação de penalidades.

13.20. Os servidores designados para o cumprimento da fiscalização deverão ter a qualificação necessária para o acompanhamento e o controle da execução dos serviços e do contrato.

13.21. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, poderão culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

#### 14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO (RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO)

14.1. A aceitação e pagamento de cada parcela, referente a cada produto a ser entregue, está condicionada ao atendimento dos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, decorrente da consideração das demandas solicitadas no período, o que será objeto da avaliação.

14.2. O prazo de entrega dos relatórios (produtos) contendo os resultados das atividades realizadas é de até o último dia útil do mês definido para a finalização da referida atividade, conforme cronograma específico.

14.3. Em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993, os relatórios deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato, e por ele recebido, quando considerados adequados, via Sistema SEI, após verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.4. A ANTT realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.5. O prazo para a avaliação dos relatórios pela equipe da ANTT é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da entrega dos mesmos.

14.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e da qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.7. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.8. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.12. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a) realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b) emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- c) comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento substituto.

14.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

14.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14.15. Os relatórios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da licitante vencedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.16. Apenas será aceita, para efeitos de pagamento, a versão final de cada relatório mensal, que deve contemplar todas as adequações solicitadas pela ANTT e estar plenamente de acordo com as especificações deste Edital e do Termo de Referência.

14.17. O recebimento definitivo do objeto licitado está vinculado a aprovação de todos os relatórios (produtos), no curso da vigência contratual e não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406/2002).

14.18. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da licitante vencedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.19. Somente com o recebimento (aprovação/aceitação) do relatório (produto) e do recebimento dos relatórios decorrentes das demandas eventuais, poderá o fiscal autorizar a emissão Nota Fiscal/Fatura.

## 15. PAGAMENTO

15.1. O pagamento do serviço será feito em conformidade com os cronogramas físico e financeiro apresentados a seguir:

### Quadro I - Cronograma Físico de realização das atividades e entrega de produtos.

PRODUTO	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
1 - Diagnóstico e Plano de Trabalho	P					
2 - Pesquisa Operacional			P			
3 - Projeção da Demanda de Passageiros				P		
4 - Modelo Funcional					P	
5 - Modelo de Remuneração						P
6 - Sumário Executivo						P

### Quadro II - Cronograma Financeiro – Parcelas/Pagamentos.

PRODUTO	Mês do Pagamento	% do Valor Global da Contratação
1 - Diagnóstico e Plano de Trabalho	1	20%
2 - Pesquisa Operacional	3	20%
3 - Projeção da Demanda de Passageiros	4	20%
4 - Modelo Funcional	5	15%
5 - Modelo de Remuneração	6	15%
6 - Sumário Executivo	6	10%

15.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

15.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do serviço a ser comunicada pela fiscalização, conforme este Termo de Referência.

15.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período de prestação dos serviços;
- o valor a pagar;
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado

uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.14. Será rescindido o contrato em execução com CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

15.17.  $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- $I = f(TX) = (TX/100) / 365 = (6/100)/365 = 0,00016438$ , onde:
- TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 16. **CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**

16.1. Trata-se de conta aberta pela Administração em nome da empresa contratada, destinada exclusivamente ao pagamento de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, não se constituindo em um fundo de reserva, utilizada na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

16.2. Considerando-se que a presente contratação não tem como escopo a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, mas sim a contratação de serviços de engenharia consultiva com vistas a entrega de produtos específicos, não se vislumbra como necessária a criação de Conta-Depósito.

## 17. **REPACTUAÇÃO**

17.1. Não se aplica, face às características da contratação.

## 18. **REAJUSTE**

18.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de Consultoria utilizado pelo DNIT, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 19. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor

total do contrato.

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.13. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.14. Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.16. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## 20. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.4. Fraudar na execução do contrato;

20.5. Comportar-se de modo inidôneo;

20.6. Cometer fraude fiscal;

20.7. Não mantiver a proposta.

20.8. Pela inexecução total ou parcial dos serviços, a ANTT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.9. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

- a) A Advertência será aplicada caso a CONTRATADA atinja, durante a vigência contratual, 01 (uma) vez a nota Insatisfatória, relativa à produtividade aferida no mês.

20.10. Multa de:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso

de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor da respectiva fatura, conforme detalhamento constante nos Quadros III e IV, abaixo; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.11. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.12. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

20.14. As sanções previstas nos subitens 20.9; 20.11; 20.112 e 20.13, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.15. Para efeito de aplicação de multas, são atribuídos graus às infrações, de acordo com os Quadros abaixo:

#### Quadro III – Graus das Infrações

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor da respectiva fatura
2	0,4% ao dia sobre o valor da respectiva fatura
3	0,8% ao dia sobre o valor da respectiva fatura
4	1,6% ao dia sobre o valor da respectiva fatura
5	3,2% por evento (ocorrência) sobre o valor da respectiva fatura

#### Quadro IV – Descrição dos Graus de Infrações

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Apresentar na avaliação de desempenho nível insatisfatório, em mais de um mês, na vigência contratual.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia	01
10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
11	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
12	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA 01	01

20.16. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

20.17. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.18. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.19. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

20.20. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.21. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.22. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.23. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

- 20.24. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.25. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 20.26. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.27. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.28. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 21.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 21.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- o valor global de até R\$ 1.158.043,85 (um milhão, cento e cinquenta e oito mil, quarenta e três reais, e oitenta e cinco centavos), conforme orçamento referencial em anexo a este Termo de Referência (8219818).
  - o valor unitário, conforme Planilha estimativa de custos e formação de preços e cronograma físico-financeiro (8219818)

## 22. CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL

- 22.1. A Licitante deverá apresentar certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da empresa e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.
- 22.2. Em caso de consórcio de empresas essa documentação deverá ser apresentada ao menos pela empresa líder.
- 22.3. Declaração formal emitida pela licitante de que os profissionais componentes da equipe técnica, bem como os insumos para execução do serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação.
- 22.4. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos acima.
- 22.5. Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua retirada ou substituição.
- 22.6. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da Licitante.
- 22.7. Em caso de consórcio a comprovação da capacidade técnica-operacional (atestados) deste poderá ser fornecida, no todo ou em parte, por qualquer uma das consorciadas.
- 22.8. A Licitante deverá apresentar atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em nome da empresa ou de profissional a ela vinculado, devidamente registrado no CREA da respectiva região, para cada um dos itens que compõem o quadro abaixo, sob pena de desclassificação:

### Quadro V – Habilitação Exigida da Empresa

DESCRIÇÃO	SERVIÇOS EXECUTADOS	Nº MÍNIMO DE ATESTADOS
Capacidade Técnica-Operacional	a) Pesquisa de identificação e caracterização de demanda de passageiros b) Definição de modelo tarifário para sistema de transporte coletivo urbano de passageiros	1 ou mais atestados que comprove(m) os 2 serviços executados

- 22.9. Deverá a Proponente apresentar somente os atestados exigidos para a comprovação da capacidade técnico-operacional. A Licitante deverá relacionar os serviços compatíveis com o objeto da licitação executados pela empresa e anexar comprovação destes por intermédio de atestado e/ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da mesma, devidamente registrados no CREA.
- 22.10. Para efeito de habilitação, serão aceitos mais de um atestado para a comprovação de todas ou parte das exigências acima relacionadas.
- 22.11. Deverá a Proponente apresentar somente o número de atestados exigidos para a comprovação da capacidade operacional e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.
- 22.12. Serão desclassificadas as licitantes que não apresentarem documentos comprobatórios que atendam os critérios mínimos indicados.

**23. CAPACIDADE TÉCNICA-PROFISSIONAL**

- 23.1. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, da ficha de registro de empregado, de declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, ou do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.
- 23.2. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa ou consórcio de empresas, sob pena de inabilitação das Licitantes.
- 23.3. O Coordenador Geral habilitado deverá ser obrigatoriamente o profissional que se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação. Havendo a impossibilidade para tal, deverá ser apresentada justificativa à CONTRATANTE e, por conseguinte, que poderá aceitar ou não novo profissional mediante a apresentação de atestado técnico compatível com o objeto a ser desenvolvido.
- 23.4. Deverão constar obrigatoriamente do atestado de capacidade técnica, em destaque, os seguintes dados:
- nome do profissional;
  - data de início e término dos serviços;
  - local de execução;
  - nome do CONTRATANTE e da CONTRATADA;
  - descrição dos serviços e os quantitativos executados, quando couber.
- 23.5. O Coordenador Geral só poderá representar uma única empresa ou consórcio de empresas, sob pena de inabilitação das Licitantes.
- 23.6. Em caso de consórcio, a comprovação da capacidade técnica-profissional (atestados) deste poderá ser fornecida, no todo ou em parte, por qualquer uma das consorciadas.
- 23.7. Avaliação dos profissionais deverá atender as seguintes especificações:

**Quadro VI – Habilitação Exigida da Equipe Profissional**

CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA		
ESCRITÃO	CATEGORIA PROFISSIONAL	Nº MÍNIMO DE ATESTADOS
Capacidade Técnica-Operacional	O Coordenador Geral deverá possuir formação de nível superior em Engenharia, Arquitetura e Urbanismo ou Geografia, e experiência profissional comprovada em: a) Planejamento e execução de estudos na área de transporte público coletivo urbano de passageiros; e b) Coordenação técnica de equipes com vistas à elaboração/análises de estudos e projetos na área de transporte público coletivo urbano de passageiros.	1 ou mais atestados que comprove(m) as 2 experiências

- 23.8. A comprovação da experiência requerida para fins de qualificação se dará por meio de atestado(s), o(s) qual(is) deverão constar o nome do profissional, o período do trabalho efetuado e o tipo de serviço prestado, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente registrados nos conselhos regionais de classes profissionais correspondentes, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico – CAT, conforme o caso.
- 23.9. Para cada um dos serviços executados e relacionados, a título de experiência do Coordenador Geral, deverá ser anexado atestado e/ou certidão comprovando a execução dos mesmos.
- 23.10. Ditos atestados e/ou certidões, independente da formação profissional, deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, quando pertinente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante, período e discriminação dos serviços.
- 23.11. De acordo com os serviços relacionados e comprovados, será avaliado o nível de experiência do Coordenador Geral para execução dos serviços.
- 23.12. Apresentar somente o número de atestados necessários para a comprovação da capacidade técnica do Coordenador Geral.
- 23.13. Na qualificação para a Equipe Técnica deverão ser apresentados profissionais distintos para cada função solicitada, ou seja, não será permitido o acúmulo de funções.
- 23.14. Quando os atestados apresentados forem decorrentes de subcontratação, obrigatoriamente deverão trazer em anexo o atestado do CONTRATANTE principal.
- 23.15. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica em nome do(s) profissional(ais) responsável(is) técnico(s), devidamente registrados nas entidades profissionais da região onde os serviços foram executados, acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT).
- 23.16. Em optando-se pela participação em Consórcio, a documentação relacionada à habilitação deverá ser apresentada individualmente, para cada Consorciado.

**24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

- 24.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo, definido na Planilha Orçamentária (8219818).
- 24.2. Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial foram obtidos pelas seguintes fontes:
- Mão de Obra/Profissionais: tabelas “Relatório de Consolidação dos Custos de Mão de Obra” (8220745) e “Relatório de Custos Gerais e Benefícios e Despesas Indiretas – BDI” (8220755) do DNIT de abril 2021;

- b) Deslocamentos aéreos e terrestres (aluguel de automóvel): cotação de preços de mercado em sites da internet especializados;
- c) Diárias (hospedagem e alimentação): estimativa de custos com base no Decreto nº 6.907/2009;
- d) Diárias de pesquisadores de campo: dados de contratação realizada pela Administração Pública; e
- e) Mobilização de Escritório: Tabela de Preços de Consultoria do DNIT de abril 2021.

24.3. Segue planilha resumo contendo os principais resultados da estimativa de preços:

<b>DESPESAS COM MÃO DE OBRA</b>	<b>Despesa Total</b>
<b>DESCRIÇÃO</b>	
Engenheiro Consultor Especial	R\$ 216.537,00
Engenheiro de Projetos Pleno	R\$ 117.239,52
Arquiteto Júnior	R\$ 17.632,98
Engenheiro agrimensor/Geógrafo júnior	R\$ 35.245,52
Técnico em Geoprocessamento	R\$ 25.176,15
Estatístico Sênior	R\$ 100.204,15
Técnico em informática - programador	R\$ 24.426,92
Economista Sênior	R\$ 60.122,49
Chefe de Escritório	R\$ 48.167,56
Auxiliar Administrativo	R\$ 40.997,66
Motorista	R\$ 24.469,14
Secretária	R\$ 28.898,76
<b>DESPESA TOTAL COM MÃO DE OBRA</b>	<b>R\$ 739.117,85</b>
<b>DESPESAS EVENTUAIS</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Despesa Total</b>
DESLOCAMENTO AÉREO - IDA E VOLTA	R\$ 75.699,84
DESLOCAMENTO TERRESTRE - IDA E VOLTA	R\$ 13.794,92
DIÁRIAS	R\$ 30.496,32
DIÁRIA DE PESQUISADOR DE CAMPO	R\$ 253.065,60
<b>TOTAL DE DESPESAS EVENTUAIS</b>	<b>R\$ 373.056,68</b>
<b>CUSTOS COM MOBILIZAÇÃO DE ESCRITÓRIO DA CONTRATADA</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Despesa Total</b>
ALUGUEL IMÓVEL COMERCIAL	R\$ 6.793,20
MOBILIÁRIO ESCRITÓRIO	R\$ 31.877,30
CUSTOS DIVERSOS ESCRITÓRIO	R\$ 7.198,82
<b>TOTAL DE DESPESAS COM ESCRITÓRIO</b>	<b>R\$ 45.869,32</b>
<b>CUSTO TOTAL: DESPESAS COM MÃO DE OBRA, EVENTUAIS E DE MOBILIZAÇÃO DE ESCRITÓRIO</b>	<b>R\$ 1.158.043,85</b>

24.4. Os valores apresentados neste Termo de Referência são apenas indicativos e servem para a formação do preço de referência, devendo a licitante elaborar a sua proposta de forma a refletir a realidade, obedecendo os pisos mínimos de cada categoria profissional, na região, bem como assumir integralmente todos os riscos decorrentes das variações do preço de referência ora indicado, seja em seus componentes, seja no valor global, ressaltando-se os reajustes e previsões legais.

24.5. Os serviços objeto desta licitação, são serviços vinculados à engenharia consultiva, o que importa na mobilização de profissionais com diferentes níveis de experiência, adequados, portanto, aos diversos níveis de complexidade dos serviços a serem realizados.

## 25. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

25.1. A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital.

## 26. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

26.1. O prazo de vigência do Contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes por até 6 (seis) meses.

26.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- I - Instrumento de Medição de Resultado – IMR (8223013);
- II - Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços e Cronograma Físico-Financeiro (8219818);
- III - Matriz de Risco da Contratação (8197961); e
- IV - Estudo Técnico Preliminar da Contratação - ETP nº 32/2021 (8222687).

<b>ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO</b>	
Nome: <b>RICARDO TIMÓTEO ANTUNES</b>	Matrícula/SIAPE: <b>1517025</b>
(datado e assinado eletronicamente) <b>RICARDO TIMÓTEO ANTUNES</b>	



Nome: <b>ALAN JOSÉ DA SILVA</b>	Matrícula/SIAPE: <b>1660110</b>
(datado e assinado eletronicamente) <b>ALAN JOSÉ DA SILVA</b>	
Nome: <b>IGOR FILIPE EUGÊNIO</b>	Matrícula/SIAPE: <b>1787550</b>
(datado e assinado eletronicamente) <b>IGOR FILIPE EUGÊNIO</b>	

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA AUTORIDADE COMPETENTE	
Nome: <b>LUCIANO LOURENÇO DA SILVA</b>	Matrícula/SIAPE: <b>1547039</b>
<p>Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 3º, inciso XI, do Decreto nº 10.024/2019, APROVO o referido documento.</p>	
(datado e assinado eletronicamente) <b>LUCIANO LOURENÇO DA SILVA</b>	

**IMPORTANTE:** O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica. A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta. Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **ALAN JOSÉ DA SILVA, Coordenador(a)**, em 08/12/2021, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO TIMOTEO ANTUNES, Gerente**, em 08/12/2021, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO LOURENÇO DA SILVA, Superintendente**, em 08/12/2021, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **9104154** e o código CRC **1A5225C3**.